

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 22 de maio de 2019 às 07h42
Seleção de Notícias

Terra - Notícias | BR

Pirataria

Pirataria é crime: quais os riscos de baixar programas ilegalmente?	3
TECNOLOGIA	

correiobrasiliense.com.br | BR

Patentes

Pesquisadores pedem política nacional de inteligência artificial	4
TECNOLOGIA	

Folha.com | BR

Marco regulatório | INPI

Empresas que investem em inovação veem perdas com cortes em universidades -	7
MERCADO FILIPE OLIVEIRA	

Pirataria é crime: quais os riscos de baixar programas ilegalmente?

TECNOLOGIA



TecMundo

A **pirataria** é um dos crimes mais comuns entre os internautas brasileiros, mas não por isso ele deve ... No Brasil, a **pirataria** é uma prática popular desde antes da internet. Há muito, pessoas que trabalham como ambulantes viajam ao Paraguai para trazer e revender réplicas ou imitações baratas, geralmente feitas na China, de produtos que possuem origem nos EUA, Japão e Europa.

Na década de 1990, a internet chegou ao Brasil e a mesma cultura foi absorvida pelos internautas, que viam na **pirataria** uma forma de "burlar" os impostos abusivos que são aplicados a esses produtos. Hoje, além das taxas, há a conversão da moeda, que não anda favorável para o real.

Mas quais os riscos de se utilizar programas baixados ilegalmente?

Bem, de acordo com a justiça brasileira, há uma multa que prevê penalidades para o uso de software pirata. A Lei 9.610/1998 prevê a aplicação de multa de até 10 vezes o valor original do software. Além disso, a irregularidade ainda pode manchar permanentemente a imagem de uma empresa. Sendo assim, no final das contas, o "barato pode sair caro".

Além da multa, há ainda os riscos de infectar o PC com pragas virtuais e acabar perdendo documentos importantes, como num sequestro de dados por um ransomware. Os menos "sortudos" podem ter senhas de contas bancárias e redes sociais roubadas.

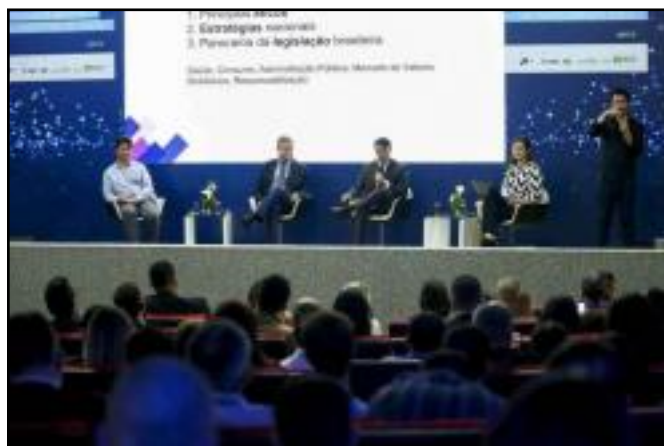
Um dos programas mais pirateados do mundo é o Adobe Photoshop. Até mesmo por se tratar de uma referência no mercado, o famoso editor de imagens é bem visado pelos ciberpiratas. O Photoshop costuma ser a primeira opção para profissionais de edição ou até curiosos que desejam aprender um pouco mais sobre melhorar fotografias, criar memes, etc.

No entanto, está enganado quem pensa que o Photoshop é caro ou tem planos inflexíveis. A Adobe possui planos que se adaptam a diferentes tipos de usuários, que podem ser pagos por mês ou com uma única taxa anual.

Seja amigo da lei e amigo do seu PC! Confira as opções de planos do Adobe Creative Cloud pelo botão abaixo!

Pesquisadores pedem política nacional de inteligência artificial

TECNOLOGIA



"É muito urgente pensarmos em uma estratégia nacional como outros países já fizeram. Os Emirados Árabes, por exemplo, já têm um ministro para o tema", afirmou o secretário de Inovação e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Luís Lamb

(foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil) A inteligência artificial (IA) é uma tecnologia de ponta que deve impactar diversos setores da sociedade, da saúde à indústria, passando pela própria administração pública. Mais de 20 países já desenvolveram estratégias nacionais para o tema, a partir do reconhecimento da sua importância. Na avaliação de pesquisadores, o Brasil deveria caminhar nessa direção e construir uma política nacional própria para essa área.



A posição foi apresentada no Seminário Inteligência Artificial na Transformação Digital, promovido hoje (21/5), em Brasília, pelo governo federal, em parceria com o Movimento Brasil Competitivo. O evento reuniu autoridades, acadêmicos e desenvolvedores de soluções em IA para discutir os desafios do campo no país. "É muito urgente pensarmos em uma estratégia nacional como outros países já fizeram. Os Emirados Árabes, por exemplo, já têm um ministro para o tema", disse o secretário de Inovação e Tecnologia do Rio Grande do Sul, professor de ciência da computação da UFRGS Luís Lamb.



O professor da UFRGS, Luís Lamb, defende uma estratégia nacional para o campo da inteligência artificial (foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil) Estratégias

O representante da consultoria Gartner Claudio Chauke sugeriu que uma estratégia nacional começa com o mapeamento do que se quer com essa tecnologia. "Precisamos definir os objetivos primeiro.

Continuação: Pesquisadores pedem política nacional de inteligência artificial

Vamos identificar o que faz a diferença pra gente. E depois disso ver também casos em outros países".

O diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS), Carlos Affonso Souza, deu exemplos de outras nações. A China decidiu investir pesadamente em pesquisa até 2020 com o objetivo de ser líder do mercado de IA até 2030. Os Estados Unidos destacam na sua estratégia a importância do investimento em pesquisa e a observância da diversidade, estimulando a presença de distintos gêneros e raças na pesquisa e desenvolvimento dessas soluções.

No Japão, a política nacional defende que a população deve se reduzir as resistências para o convívio com inovações, como com robôs que passam a realizar atividades na produção em situações diversas. Na França, a estratégia coloca claramente que não deseja criar um "Google nacional", mas "entender em quais aplicações o país pode aproveitar a pesquisa acadêmica para se tornar referência", explicou Souza.

Estratégia digital

O Brasil tem uma Estratégia Digital (E-digital), lançada em 2017, com diretrizes mais gerais para a transformação digital do país. No entanto, o Executivo ainda não formulou uma política específica para a pesquisa, desenvolvimento e uso de aplicações de inteligência artificial.

A representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) Miriam Wimmer pontuou que a Estratégia Digital do governo trata do tema de alguma forma, e coloca como ação necessária o estímulo à pesquisa, desenvolvimento e inovação, bem como a ca-

pacitação de profissionais de tecnologia em IA.

A diretriz também elenca como ação estratégica avaliar os potenciais impactos sociais e econômicos de tecnologias como a IA, propondo políticas que mitiguem seus efeitos negativos. Essa preocupação com os efeitos foi pontuada por todos os participantes.

A secretária de Telecomunicações do Ministério de Ciência e Tecnologia, Miriam Wimmer, participa do seminário Inteligência Artificial na Transformação Digital (foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil)

"O desenvolvimento de sistemas autônomos enseja questionamentos sobre ética e direitos individuais relativos a revisões de decisões automatizadas [como a remoção de uma publicação no Facebook]. Entre os temas que aparecem com frequência estão transparência, determinação humana, ética, direitos do consumidor, privacidade, equidade, segurança", citou Wimmer.

Importância das universidades

Para além do cuidado com os efeitos, os participantes reforçaram a importância de fortalecer a pesquisa e o desenvolvimento sobre o tema com apoio aos laboratórios e centros criados no âmbito das universidades. No Brasil como em outros países, a inteligência artificial é um campo de ponta de produção de conhecimento.

Luís Lamb destacou que muitas das principais empresas de tecnologia do mundo nasceram de acadêmicos (como o Google de dois estudantes da Universidade de Stanford, nos Estados Unidos). No Brasil, acrescentou o secretário de inovação do RS, os maiores produtores de **patentes** são as instituições

Continuação: Pesquisadores pedem política nacional de inteligência artificial

de ensino, e não as empresas.

O diretor da empresa de soluções em inteligência artificial Kunumi, Juliano Viana, é um exemplo da contribuição das instituições de ensino para o desenvolvimento tecnológico. Sua companhia saiu de um laboratório da UFMG. Para ele, o estímulo a

um ecossistema de IA no Brasil passa por formar profissionais, fomentar o empreendedorismo e promover a interação entre a academia e as firmas. "É essencial fortalecer ecossistema de colaboração entre universidade e mercado", defendeu.

Empresas que investem em inovação veem perdas com cortes em universidades -

MERCADO

Últimas notícias São Paulo

Entidades que representam empresas inovadoras veem risco de perda de competitividade com os cortes no orçamento das universidades federais e os congelamentos de bolsas de estudo anunciados pelo governo.

Na avaliação das empresas, a relação entre a pesquisa acadêmica e o mercado estava aquém do esperado, porém vinha em evolução, o que pode ser perdido caso as atividades das universidades seja comprometida.

O Ministério da Educação afirma que o tema continua sendo prioridade para o governo e que o contingenciamento pode ser revertido após a aprovação da reforma da Previdência.

Também promete discutir com reitores um programa para atrair recursos para as universidades a partir de parcerias com empresas no apoio a pesquisas inovadoras.

Luiz Eugênio Melo, vice-presidente da Anpei (Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras), diz que as universidades públicas são decisivas para tornar o Brasil um país competitivo na economia global.

A associação reúne 124 empresas, entre elas Totvs, Natura, 3M, Petrobras e Vale.

O papel das universidades na inovação é fundamental, na visão de Melo, por elas assumirem a pesquisa em nível mais básico, quando ainda não há clareza sobre qual será a aplicação do objeto de estudo no mercado.

Nesse momento, a pesquisa envolve maiores riscos e

necessidade de investimentos, de um lado, e grande potencial de ganhos, de outro.

Melo também destaca que as universidades públicas são as instituições que mais patenteiam no Brasil.

Segundo dados do **INPI** (Instituto Nacional da Propriedade Industrial), das 20 organizações com sede no Brasil que mais depositam patentes, 18 são universidades públicas, 16 delas federais.

A que mais apresentou pedidos para proteger seus projetos em 2017 (último dado disponível) foi a Unicamp, com 77 depósitos de patentes. Ela é seguida pelas federais de Campina Grande (PB) e Minas Gerais, com 70 e 69 pedidos, respectivamente.

José Rizzo, presidente da ABII (Associação Brasileira de Internet Industrial), diz que o corte de recursos para educação é má notícia para o país.

"Da maneira como o mundo funciona hoje, educação e desenvolvimento tecnológico e científico são os dois grandes motores para o desenvolvimento e a prosperidade", afirma ele, que também preside a Pol-lux, empresa que fornece robôs para industriais.

Por outro lado, Rizzo pondera que, dada a falta de recursos do governo, cortes como esse são inevitáveis e só serão superadas quando a situação econômica melhorar, o que demandaria maior celeridade na aprovação de reformas como a da Previdência.

Rodrigo Afonso, presidente do Dinamo, grupo que reúne startups e investidores desse mercado, afirma que a maior parte das descobertas que podem ser aproveitadas pelo mercado, no Brasil, surgem da universidade pública. Por isso, eventuais cortes preocupam.

Continuação: Empresas que investem em inovação veem perdas com cortes em universidades -

"O corte prejudica os novos cientistas que, no futuro, virariam os próximos criadores de startup."

Segundo ele, o relacionamento entre a pesquisa acadêmica e o mercado ainda é incipiente no Brasil, mas vinha ganhando força desde 2016, quando foi sancionado o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, que deu mais segurança jurídica para parcerias entre academia e empresas.

Universidades e pesquisadores ouvidos pela reportagem afirmam que produzir conhecimento e inovação ficará mais difícil com menos recursos.

Gilberto Medeiros, diretor do núcleo de inovação da UFMG, diz que, para que uma pesquisa da universidade chegue ao mercado, são necessárias várias patentes, pois apenas uma pequena fração delas terá sucesso.

Por outro lado, diz ele, as restrições nos recursos podem dificultar o funcionamento da agência, responsável por apoiar pesquisadores na avaliação do potencial de seus projetos e na elaboração dos documentos necessários para patentear-los.

Medeiros diz que a **transferência** de tecnologias desenvolvidas na faculdade para o mercado é um processo de longo prazo e que exige continuidade, o que seria prejudicado com restrições financeiras.

"Está se falando em eliminar despesas, mas não está se levando em conta o quanto você deixa de ganhar em razão daquilo que você está eliminando."

LONGO PRAZO

No caso de Robson Santos, 67, professor emérito da UFMG, foram 25 anos de estudo das propriedades de um peptídeo (cadeia de aminoácidos, parte constituinte de proteínas) até a criação de um produto e seu

licenciamento.

Junto a empresa Yeva, ele lançou um tônico capilar baseado em nanotecnologia em julho do ano passado.

Santos diz que também seria possível aplicar dobramentos de sua pesquisa para a produção de remédios para controlar a pressão arterial. Porém a falta de recursos para terminar os testes clínicos o fez adiar o plano.

Ele conta que, ao iniciar sua pesquisa, não tinha clareza de que chegaria a um produto. A intenção era fazer pesquisa básica. Percebeu o potencial de seus estudos para o mercado há cerca de oito anos.

"Você precisa juntar pequenas peças até chegar a um produto. A criação da startup é só o final da linha na inovação."

José Carlos Pinto, diretor do parque tecnológico da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), diz que os contingenciamentos em discussão, caso se concretizem, dificultam a continuidade de mais de 1.000 projetos realizados pela Fundação Coppetec (que apoia projetos de desenvolvimento tecnológico da universidade), a maior parte feitos em parceria entre pesquisadores e empresas.

Segundo ele, como não é permitido por lei que a receita desses projetos pague o custeio dos laboratórios da universidade, haverá dificuldade para manter a infraestrutura mínima para que essas atividades continuem.

"Se a universidade se vê sem recursos,, ela para, param os laboratórios, para a cooperação", diz.

Filipe Oliveira

Índice remissivo de assuntos

Pirataria

3

Patentes

4

Inovação

7

Marco regulatório | INPI

7